

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA AUTARQUIA FEDERAL – RIO DE JANEIRO/RJ

ENVIRONMENTAL AGENDA IN THE PUBLIC ADMINISTRATION (A3P): ANALYSIS
OF THE ADHERENCE OF A FEDERAL AUTARKY - RIO DE JANEIRO / RJ

Igor Laguna Vieira¹; Elmo Rodrigues da Silva²

1. Doutor em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Analista em Ciência & Tecnologia na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). E-mail: igor_laguna@hotmail.com

2. Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Professor Associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: elmorodrigues@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE

Agenda Ambiental na Administração Pública. Gestão Governamental. Órgãos Públicos. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade Socioambiental.

KEYWORDS

Environmental Agenda in Public Administration. Governmental Management. Public Agencies. Sustainable Development. Socio-environmental Sustainability.

RESUMO

Na gestão ambiental pública é necessária a atuação ativa dos órgãos, não somente na regulação e fiscalização, mas também na execução de suas próprias atividades. Nesse sentido, os governos vêm implantando programas e projetos para estimular os gestores públicos em práticas que incentivem a responsabilidade socioambiental no setor, podendo-se citar, a esse exemplo, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada pelo Ministério do Meio Ambiente. Este artigo apresenta e discute os resultados de uma pesquisa qualiquantitativa que avaliou o grau de aderência de uma autarquia federal, localizada no Rio de Janeiro/RJ, aos eixos da A3P. O estudo ocorreu na sede do órgão, que consiste em duas edificações localizadas na mesma rua, com área total edificada de aproximadamente de nove mil metros quadrados, onde são executadas somente atividades administrativas. Foi realizada uma pesquisa de campo junto aos

setores da organização, no intuito de verificar as ações de sustentabilidade socioambiental desenvolvidas pela autarquia. Foram solicitados também dados e documentos aos gestores que pudessem subsidiar tal verificação. Foi desenvolvida então uma lista de verificação a partir das práticas sugeridas nos documentos de referência da A3P. Após a aplicação da lista, foi obtida uma aderência de apenas 26% aos eixos da A3P, o que permite concluir que há deficiência na gestão socioambiental da organização, que deve incentivar mais práticas que reduzam possíveis impactos que estão sendo causados pela sua atividade.

ABSTRACT

In public environmental management it is necessary the active performance of agencies, not only in the regulation and supervision, but also in the execution of their own activities. In this sense, governments have been implementing programs and projects to stimulate public managers in practices that encourage socio-environmental responsibility in the sector, such as the Environmental Agenda in Public Administration (A3P), created by the Ministry of Environment. This article presents and discusses the results of a qualitative and quantitative research that assessed the degree of adherence of a federal government agency, located in Rio de Janeiro/RJ, to the axes of the A3P. The study took place at the headquarters of the agency, which consists of two buildings located on the same street, with a total built area of approximately nine thousand square meters, where only administrative activities are performed. A field research was carried out with the organization's sectors, in order to verify the socio-environmental sustainability actions developed by the agency. Data and documents were also requested from managers that could support such verification. A checklist was then developed based on the practices suggested in the A3P reference documents. After applying the list, we obtained an adherence of only 26% to the axes of the A3P, which allows us to conclude that there is a deficiency in the socio-environmental management of the organization, which should encourage more practices that reduce possible impacts that are being caused by its activity.

1. INTRODUÇÃO

O século XX foi palco de mudanças significativas no modo de vida humana. Com o desenvolvimento econômico e tecnológico, houve o aumento na demanda por recursos naturais e, conseqüentemente, da poluição ambiental. Foi a partir dos anos 1960 que se intensificou a pressão da sociedade para tentar impedir a destruição ao nível planetário, que pode levar, em curto prazo, a destruição da biodiversidade e da própria espécie humana. Da década de 1970 em diante, a questão ambiental foi pauta de grandes eventos internacionais, destacando-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em junho de 1972, em Estocolmo (IVANOVA, 2020).

Segundo Barbieri (2014), o termo “desenvolvimento sustentável” apareceu pela primeira vez em 1980, na publicação *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*, elaborado pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e outras instituições internacionais. O documento concebia uma estratégia global de conservação do meio ambiente. Anos depois, em 1987, o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland, definiu o termo como a forma de desenvolvimento que permitia satisfazer as necessidades humanas, porém sem comprometer as gerações atuais e futuras (WCED, 1987).

As discussões sobre a questão ambiental foram acentuadas com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92 ou Rio 92 (ALCARAZ *et al.*, 2021; COSTA; LEAL, 2017; PEGUIM, 2020). Ao longo da década de 1990, ferramentas de gestão ambiental foram implementadas nas organizações com o propósito de melhorar seu desempenho ambiental, respondendo demandas da sociedade. Dentre as vantagens de tais ferramentas, pode-se citar: diminuição de custos, aumento de competitividade, abertura de novos mercados e redução das chances haver surpresas por algum tipo de ônus imprevisível e indesejável (BARATA; KLIGERMAN; MINAYO-GOMEZ, 2007). Mais recentemente, por meio da Agenda 2030, a ONU renovou esse chamado de atenção para questões de sustentabilidade, envolvendo, é claro, as organizações empresariais (BORGERT *et al.*, 2018; ONU, 2016).

O maior objetivo da gestão ambiental é a busca contínua de melhoria da qualidade ambiental de produtos, serviços e ambiente de trabalho nas organizações, possuindo caráter multidisciplinar. Ela busca as melhores técnicas e o cumprimento à legislação, alocando

corretamente os recursos disponíveis pela organização (BOCA SANTA; PFITSCHER, 2016; MENDES, 2005). De forma simplificada, o trabalho de um gestor ambiental consiste em: identificar os aspectos ambientais significativos (capazes de provocar relevante impacto ambiental); especificar formas de controle de tais aspectos; e implantar e manter a solução mais sustentável que minimize os impactos negativos causados ao meio ambiente (ADISSI; ALMEIDA NETO, 2013).

A gestão ambiental motiva o pensamento crítico para as questões relacionadas ao meio ambiente, trazendo benefícios para as organizações como a redução do uso de água e energia, além de um melhor gerenciamento de seus resíduos, evitando inclusive sanções por infrações ambientais. Ademais, incrementa a implantação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável. Porto e Schütz (2012) entendem que a gestão ambiental deva ser cada vez mais apropriada pela cidadania e consolidada como um instrumento da sociedade para gerir, de forma soberana, o usufruto solidário do seu capital social, natural e cultural.

A questão de implementar práticas sustentáveis nas organizações vem obtendo destaque, especialmente em função de fatores como, por exemplo: aumento da conscientização e responsabilização dos gestores, exigências mercadológicas, cobrança da sociedade e atendimento à legislação (BOCA SANTA *et al.*, 2017). No caso da gestão ambiental pública é necessária a atuação de seus órgãos, assumindo um compromisso social e ambiental. O setor governamental deve ser proativo em relação a questões ambientais, por ser ele responsável pela política e controle ambiental do país.

No Brasil, as compras públicas movimentam cerca de 12,5% do PIB brasileiro (média calculada para o período 2006-2016), o que mostra o grande poder de contratação da administração pública (RIBEIRO; INÁCIO JÚNIOR, 2019). Tal número demonstra que o setor público brasileiro pode desempenhar papel fundamental na mudança dos padrões de consumo sustentáveis, estimulando ainda a inovação tecnológica.

Nesse sentido, os governos vêm implantando programas e projetos para estimular os gestores públicos em práticas que estimulem a responsabilidade socioambiental no setor governamental. A esse exemplo, pode-se citar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada e desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando à construção de uma nova cultura institucional voltada para uma gestão socioambiental mais responsável (MMA, 2021d).

Diante disso, questiona-se para determinada autarquia federal localizada no município

do Rio de Janeiro: qual a sua aderência em relação às boas práticas em gestão ambiental propostas pela A3P? Este artigo visa apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo avaliar a aderência de tal autarquia federal aos eixos da A3P. Do ponto de vista metodológico, o estudo possui uma abordagem quali-quantitativa e descritiva. A relevância deste trabalho está na possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão ambiental na instituição estudada, ao propor novos métodos para se avaliar os impactos negativos de suas atividades, além de servir de base para que outras organizações avaliem e melhorem suas gestões socioambientais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

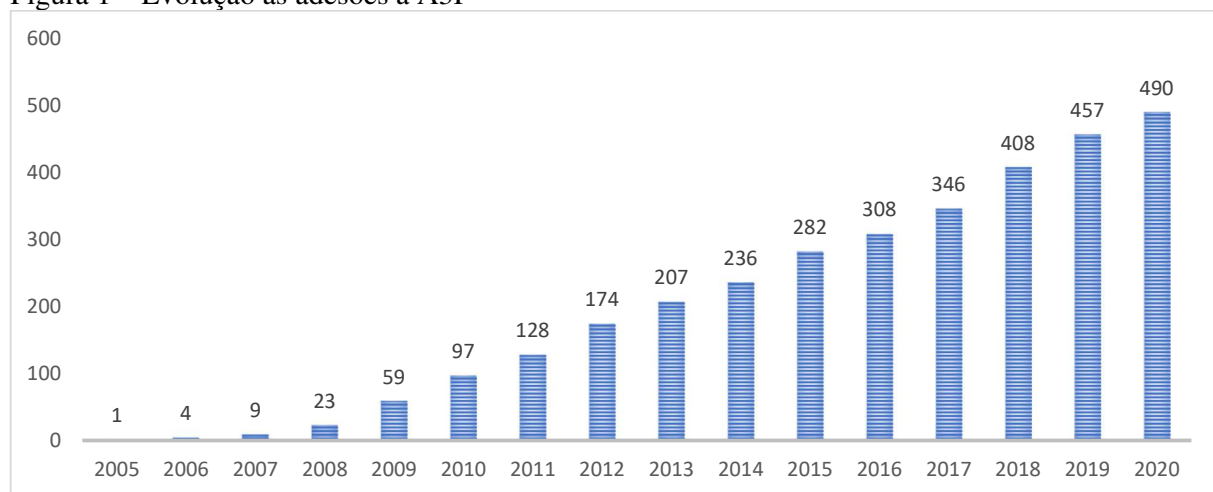
O Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolveu em 1999, ainda como projeto, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Buscava-se revisar padrões de produção e consumo, além da adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Dois anos mais tarde a A3P consolidou-se como um programa, com o objetivo de construir uma nova cultura institucional nas organizações públicas (MMA, 2021c). A A3P busca incentivar os gestores públicos a considerarem, dentre outros fatores: economia de recursos naturais, redução de gastos, gestão de resíduos, licitação sustentável e qualidade de vida no trabalho (BOCA SANTA; PFITSCHER; ROCHA, 2016; SANTOS, 2017).

Segundo o MMA (2020), a A3P possui 15 (quinze) objetivos básicos, a saber: I - apoiar os órgãos públicos na criação e implementação de ações de responsabilidade socioambiental; II - sensibilizar os servidores para a necessidade de preservação dos bens naturais; III - estimular a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes com a responsabilidade socioambiental; IV - incentivar os órgãos públicos a adotarem medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos decorrentes de suas atividades; V - aumentar a eficiência da gestão, promovendo a economia de recursos naturais e de gastos institucionais; VI - promover a atualização sistemática do conhecimento e a modernização de conceitos, instrumentos, tecnologias e metodologias, referentes ao campo da sustentabilidade; VII - promover a transparência no serviço público; VIII - garantir a acessibilidade nos órgãos públicos às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; IX - estimular e apoiar ações de defesa do meio ambiente; X - facilitar o acesso das

instituições públicas ao Programa A3P; XI - estimular ações de cooperativismo, solidariedade, respeito, compromisso profissional e ético; XII - capacitar e sensibilizar os gestores públicos quanto à responsabilidade socioambiental; XIII - colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos servidores; XIV-- incentivar às ações coletivas e às decisões democráticas; e XV - promover a produção e o consumo sustentáveis.

Apesar de não haver obrigatoriedade legal quanto à adesão à A3P pelos órgãos públicos, é possível perceber a sua evolução através dos anos na **Error! Reference source not found.:**

Figura 1 – Evolução às adesões à A3P



Fonte: MMA, 2021a

Para o cumprimento de seus objetivos, a A3P foi estruturada em seis eixos temáticos, apontados no .

Quadro 1, com seus fundamentos básicos.

Quadro 1 - Eixos Temáticos da A3P

Eixos Temáticos	Fundamentos
Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	Utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo.

Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	Adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), implantar o gerenciamento de resíduos sólidos.
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	Criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida.
Sensibilização e Capacitação dos servidores	Criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida.
Contratações Públicas Sustentáveis	Adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício nos médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço.
Construções Sustentáveis	Construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Fonte: MMA, 2021b

No entanto, para que a A3P seja efetiva, é fundamental a mobilização e sensibilização dos usuários, bem como o planejamento e monitoramento das ações, com o uso de indicadores de desempenho. Atividades ambientalmente corretas devem ser estimuladas, a exemplo da implantação de coleta seletiva, a substituição de copos descartáveis por canecas reutilizáveis e o uso de aparelhos eletrônicos mais eficientes. Dessa forma, a agenda buscará sensibilizar todos os envolvidos nos processos, e não apenas da equipe gestora (SANTOS, 2017).

Como exemplo de legislação que vai ao encontro do que apregoa a A3P, o Decreto nº 5.940/2006 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006). Outro exemplo é a Instrução Normativa nº 01/2010 do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que dispôs sobre critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, orientando os procedimentos de compras e contratações públicas (MPOG, 2010)

Ressalta-se que as organizações são legitimadas baseando-se no fato de que operam na sociedade por meio de um contrato social (GUTHRIE; PARKER, 1989). À luz da teoria da legitimidade, é fundamental o papel dos gestores em perceber como a organização é vista pela

sociedade. De alguma forma as práticas organizacionais podem estar rompendo com esse contrato social, carecendo de estratégias de correção a fim de mudar a percepção da sociedade (DEEGAN, 2002). Dessa forma, essas estratégias podem inclusive reverter um quadro negativo da organização, ou ao menos amenizá-lo, perante os seus interessados. Portanto, é de suma importância evidenciar uma imagem positiva, utilizando de forma correta as estratégias de legitimação.

A A3P possui um efeito multiplicador e transformador, pois se baseia na educação ambiental, na mudança de cultura e de hábitos por parte dos servidores públicos. Essa mudança pode se estender para o restante da sociedade, ajudando na melhoria da imagem da administração pública, indo de encontro à visão estereotipada e presente do estigma de excesso de gastos nos órgãos públicos. Conforme afirma Santos (2017), a A3P mostra-se um grande desafio, especialmente por ser um programa de adesão voluntária.

2.2. Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA)

Existem sistemas que integram a avaliação e a gestão da sustentabilidade. Dentre esses sistemas pode-se citar o Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA), proposto por Pfitscher (2004), a partir do método de Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais (GAIA), formulado por Lerípio (2001). O objetivo desse último foi de sensibilizar os administradores e colaboradores para avaliar o desempenho e o planejamento ambiental das organizações produtivas baseados na prevenção da poluição.

Uma das proposições feitas pelo SICOGEA, complementando o método GAIA, foi de incluir a Contabilidade Ambiental, a fim de analisar a sustentabilidade nas organizações. A intenção dessa inclusão contábil, que não existia no método GAIA, foi de valorizar as percepções e atitudes ambientais dos gestores das organizações.

Com o auxílio do método SICOGEA, a organização pode contribuir com a sustentabilidade ambiental ao avaliar suas atividades em termos dos aspectos ambientais e impactos a eles associados. Ao incluir a contabilidade ambiental nesse sistema, é possível também se obter benefícios econômicos e socioambientais, como a redução de desperdícios e de gastos, bem como melhorar o controle e a prevenção da poluição (PFITSCHER, 2004). Além

disso, outra intenção da autora do SICOGEA foi a de buscar a colaboração de diferentes universidades e centros de pesquisa, a fim de aprimorar essa ferramenta de uso público.

Nunes (2010) propôs adaptações e melhorias ao SICOGEA, obtendo a segunda geração do método. Uhlmann (2011), por sua vez, analisou o SICOGEA – geração 2, sugerindo aperfeiçoamentos nesse sistema, dando origem ao SICOGEA – geração 3. O método foi aplicado a diferentes contextos e ramos de atuação, em estudos como os de Araujo e Pfitscher (2017); Boca Santa *et al.* (2017); Luiz *et al.* (2014); e Rocha, Pfitscher e Carvalho (2015). O SICOGEA também foi aplicado no setor público por outros autores (BARBOSA, 2014; FREITAS *et al.*, 2016; KRUGER *et al.*, 2013; ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015; SOUZA; UHLMANN; PFITSCHER, 2015; SOUZA; PFITSCHER, 2013).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo pode ser classificado como descritivo, quanto aos objetivos; como pesquisa de campo, quanto às fontes de dados; e como estudo de caso, quanto aos procedimentos de coletas de dados. Já a sua abordagem é quali-quantitativa (GIL, 2017).

A pesquisa ocorreu na sede de uma autarquia federal, localizada no Rio de Janeiro/RJ. São duas edificações localizadas na mesma rua, com área total edificada de aproximadamente de nove mil metros quadrados, onde atuam cerca de 350 servidores e 130 trabalhadores terceirizados. O órgão foi escolhido pelo fácil acesso às informações pelos pesquisadores. Ressalta-se que esse órgão ainda não aderiu à A3P.

Na sede do órgão são executadas somente atividades administrativas, típicas do setor público. Não há laboratórios de pesquisa ou salas de cirurgia, locais esses que envolveriam atividades de risco e, portanto, apresentariam aspectos ambientais mais relevantes do ponto de vista dos impactos associados.

Foi realizada uma pesquisa de campo junto aos setores entrevistados no intuito de verificar as ações de sustentabilidade socioambiental, desenvolvidas pela autarquia, relacionadas com os eixos temáticos da A3P. Para isso, foram solicitados também dados e documentos aos gestores que pudessem subsidiar tal verificação.

No intuito de avaliar as práticas socioambientais da autarquia, conforme os eixos temáticos da A3P, foi desenvolvida uma lista de verificação a partir das práticas sugeridas nos documentos de referência da Agenda. Teve-se o cuidado de evitar redundâncias quanto às questões formuladas. A lista de verificação possui um total de 65 questões, distribuídas

conforme os eixos temáticos da agenda.

Optou-se por atribuir “notas” às questões para quantificar o atendimento às práticas da A3P, não havendo pesos diferentes entre as questões, a fim de evitar enviesamento, além de entender que a A3P não prioriza nenhum tema em detrimento de outro.

A escala de avaliação para a lista de verificação foi de 0 a 2. A opção “Não se Aplica” (NA) está presente. Dessa forma, com respostas variando de 0 a 2 para cada questão, têm se:

- 0 - para itens em que não se demonstra atendimento;
- 1 - para itens em que se demonstra atendimento parcial;
- 2 - para itens em que se demonstra atendimento pleno;

Após o preenchimento da lista de verificação, optou-se pelo uso da Eq. (1), analogamente ao método Sistema Contábil Gerencial Ambiental - SICOGEA (NUNES, 2010):

$$\text{Índice geral de sustentabilidade} = \frac{\text{Pontos Alcançados}}{\text{Pontos Possíveis}} \quad (1)$$

Após a obtenção dos resultados, é possível analisá-los conforme o índice geral de sustentabilidade encontrado, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3 - Índice Geral de Sustentabilidade

Resultado	Sustentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia
Inferior a 20%	Péssimo – “P”	Grande impacto pode estar sendo causado ao meio ambiente
Entre 21 e 40%	Fraco – “F”	Pode estar causando danos, mas surgem algumas poucas iniciativas
Entre 41 e 60%	Regular – “R”	Atende somente à legislação
Entre 61 e 80%	Bom – “B”	Além da legislação, surgem alguns projetos e atitudes que buscam valorizar o meio ambiente
Superior a 80%	Ótimo – “O”	Alta valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição

Fonte: Nunes (2010)

Ao ser analisado o índice de sustentabilidade ambiental, é verificado qual o comprometido da instituição com a sociedade e o meio ambiente.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A lista de verificação do grau de aderência às práticas sugeridas pela A3P foi aplicada à autarquia em estudo. A Tabela 1, a seguir, mostra a aderência do órgão às práticas consideradas ideais pela A3P. Por esse método proposto, foi obtida uma aderência de apenas 26%, considerado como “Fraco”, utilizando para a avaliação uma referência análoga ao método SICOGEA (Quadro 3), que quer dizer que o órgão “pode estar causando danos, mas surgem algumas poucas iniciativas” para evitar ou minimizá-los.

Tabela 1 – Lista de Verificação da aderência do órgão à A3P

EIXOS	Pontos Possíveis	Pontos Obtidos	Aderência	
			Resultado	Avaliação
Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	44	12	27%	Fraco
Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	22	02	9%	Péssimo
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	18	00	0%	Péssimo
Sensibilização e Capacitação	14	04	29%	Fraco
Compras Públicas Sustentáveis	12	06	50%	Regular
Construções Sustentáveis	18	09	50%	Regular
Total Geral	128	33	26%	Fraco

É possível perceber que a “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” é crítica, pois a autarquia sequer possui coleta seletiva implantada. Observa-se ainda a completa ausência de práticas do eixo “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”, o que pode comprometer a motivação dos colaboradores, reduzindo a produtividade no trabalho (MMA, 2021b).

Ressalta-se que a legitimidade das atividades de uma organização associa-se à imagem que ela quer passar de si para a sociedade (DEEGAN, 2002; GUTHRIE; PARKER, 1989). O poder público influencia a cultura do país, especialmente pela ação de seus gestores, e os resultados desta pesquisa demonstram que a autarquia estudada precisa reforçar suas ações voltadas à sustentabilidade socioambiental.

4.1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

O eixo “Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos” teve um desempenho de 27%, conceito tido como “fraco”.

O órgão não utiliza papel reciclado e/ou não clorado, bem como a impressão de documentos no modo “frente e verso” não é o padrão. Além da adoção de tais medidas, recomendar-se-ia ainda com o uso de “fontes ecológicas”, que reduziriam o consumo de cartuchos de impressora. Outra medida que poderia ser adotada é o modelo de “ilhas de impressão”, com uma impressora para diversos setores, o que facilitaria a fiscalização com relação a impressões pessoais que eventualmente possam estar ocorrendo no órgão. Sugere-se ainda a estipulação de metas para fornecimento de papéis por setor, com a criação de um prêmio institucional para o setor que conseguisse atingir a maior redução relativamente ao ano anterior.

Em relação aos copos descartáveis, eles são amplamente distribuídos pelo órgão. Sugere-se estabelecer a redução do fornecimento de copos descartáveis, distribuindo canecas reutilizáveis nos setores. Para eventuais visitantes, poderiam ser fornecidos copos de papel biodegradáveis na copa, acabando o fornecimento de copos plásticos pelos corredores.

O Setor de Almoxarifado não produz relatório anual de consumo de materiais, como resmas de papel e copos descartáveis. Seria ideal que um relatório anual fosse divulgado, mapeando inclusive os setores que apresentam maior consumo desses itens.

O órgão utiliza como combustível para seus veículos apenas álcool e gasolina. Poderia ser realizada adaptação nos veículos de forma que pudessem utilizar ainda o gás natural veicular (GNV), o que reduziria os custos para o órgão, bem como a emissão de gases de estufa.

As lâmpadas instaladas no prédio são do tipo fluorescente. Recomenda-se a substituição gradual por lâmpadas de LED, mais econômicas. Não é plausível a substituição imediata, pois assim seria gerado um número grande de resíduos pelas lâmpadas fluorescentes e reatores eletrônicos. Dessa forma, é sugerido que a troca seja realizada na medida em que as lâmpadas atuais apresentem defeito, respeitando-se a vida útil destas. Sugere-se ainda realizar estudos das instalações elétricas com o diagnóstico das perdas reais e de viabilidade para utilização de energia solar no prédio

Nos banheiros, percebe-se que a luz natural é suficiente para iluminá-lo durante o período diurno. Ainda assim, as luzes permanecem acesas durante todo o expediente. Indica-se a instalação de sensores de presença fotossensíveis nesses ambientes.

Em relação ao consumo de água, o órgão demonstra possuir controle. São realizadas três leituras diárias do hidrômetro visando rastrear possíveis vazamentos. As torneiras tiveram seus arejadores substituídos por dispersores econômicos. No prédio mais novo as descargas já

são todas elas do tipo “econômica”. Sugere-se a expansão desse tipo de descarga para o prédio antigo. O efluente gerado (esgoto) não recebe nenhum tipo de tratamento pelo próprio órgão.

Apenas um dos prédios do órgão possui um sistema de captação água da chuva, que é direcionada para irrigação do jardim. Recomenda-se a extensão do reaproveitamento de águas pluviais para o outro prédio (o maior em área), aumentando o uso de águas cinzas na sede da autarquia.

4.2. Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

O eixo de “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” apresentou um grau de aderência às práticas da A3P de apenas 9%, conceito tido como “péssimo”.

O órgão ainda não possui um programa de coleta seletiva, o que contraria o Decreto nº 5.940 (BRASIL, 2006). Aconselha-se a imediata instituição de Comissão para tal fim e o contato com cooperativas e associações para realizarem o recolhimento dos resíduos recicláveis.

Para o descarte dos papéis, sugerem-se caixas de armazenamento em cada setor, que posteriormente seriam coletados e transformados em blocos de anotações ou direcionados para cooperativas, a depender do estado do papel.

Os resíduos de construção são retirados em caçambas contratadas para esse fim. Recomenda-se que na próxima contratação a empresa responsável pela manutenção predial se encarregue também da destinação adequada desse tipo de resíduo.

Os colaboradores da equipe de limpeza não foram capacitados para coletar e separar corretamente os resíduos, visto que o órgão não realiza a coleta seletiva. Faz-se necessário que eles sejam capacitados para tal fim. O órgão não possui conhecimento exato do volume de lixo gerado, dado que poderia resultar em melhorias à gestão ambiental, bem como no número de papéis higiênicos e toalhas de papel utilizadas diariamente.

.

4.3. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

O eixo de “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho” obteve um conceito considerado “péssimo”, com um desempenho de 0%.

No órgão estudado, são praticamente inexistentes as ações ligadas à saúde e segurança dos trabalhadores. Sugere-se a instituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), bem como a elaboração de um plano de qualidade ambiental para o órgão. É necessário

também a instituição de programas voltados para saúde e segurança (como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO). Sugere-se ainda o incentivo à prática de ginástica laboral, como forma de promoção à saúde e qualidade de vida dos servidores da autarquia.

4.4. Sensibilização e Capacitação

O eixo de “Sensibilização e Capacitação” obteve um desempenho de 29%, considerado “fraco”. É importante que os servidores participem das ações uso racional dos recursos naturais e bens públicos, bem como da gestão adequada dos resíduos sólidos, visto que tais atividades não deveriam ficar a cargo de somente alguns setores, mas devem contar com a participação de todos para que funcionem adequadamente.

Foram observadas poucas ações destinadas a estimular a participação dos servidores e colaboradores quanto ao uso racional de recursos. Ainda que o órgão não possua uma política voltada para a gestão ambiental, nada impede que algumas atitudes sejam tomadas, como por exemplo: promoção de palestras, publicação de cartazes e comunicações internas. Campanhas com temáticas relacionadas ao uso racional do consumo de água, energia, papel e combustível, além favorecer o meio ambiente, poderiam reduzir as despesas do órgão.

4.5. Compras Públicas Sustentáveis

O eixo “Compras Públicas Sustentáveis” teve um desempenho de 50%, considerado “regular”. Há a necessidade de o órgão aprimorar a incorporação de critérios sustentáveis em suas compras e contratações, fazendo seu papel de indutor do mercado no aumento da oferta de produtos e serviços sustentáveis, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 (MPOG, 2010). Outra ação a ser tomada é a inclusão nos instrumentos convocatórios da logística reversa para os resíduos sólidos gerados.

Como ponto positivo, pode-se apontar que a maior parte das compras do órgão é realizada por sistema online (Pregão Eletrônico).

4.6. Construções Sustentáveis

As ações relativas ao eixo “Construções Sustentáveis” obtiveram o percentual de 50% (regular). A contratação das empresas responsáveis pela área de manutenção do órgão não prioriza aquelas que apresentam programas ou projetos ligados à área socioambiental. Sugere-

se a revisão da metodologia da escolha dessas empresas prestadoras de serviços, a fim de que sejam priorizadas aquelas com maior apelo socioambiental.

Observa-se que a arquitetura dos prédios, aliada ao clima da região, não favorece a ventilação natural, o que faz que em boa parte do ano sejam utilizados os aparelhos de ar-condicionado dos setores. A entrada de luz natural também não é suficiente para que as luzes artificiais possam ser apagadas durante o horário de expediente.

O órgão ainda possui espaços que não atendem questões de acessibilidade. Aconselha-se que tais adaptações sejam efetuadas o mais breve possível.

Os bens que não serão mais utilizados pela organização são basicamente divididos em dois grupos: recuperáveis e irrecuperáveis. Aqueles considerados recuperáveis são doados ao Exército Brasileiro, que anualmente busca tais bens na instituição. Os irrecuperáveis são tratados como “lixo comum”, necessitando a instituição definir o método de armazenamento e disposição adequados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser visto neste trabalho, as discussões dirigidas para o desenvolvimento sustentável vêm ganhando um espaço crescente na sociedade moderna. A administração pública, como não poderia deixar de ser, não fica de fora dessa realidade, propondo programas e políticas de estímulo da responsabilidade socioambiental no setor governamental, a exemplo da A3P. Esta pesquisa teve como objetivo apresentar e discutir os resultados de um estudo qualiquantitativo que teve como objetivo avaliar o grau de aderência de uma autarquia federal, localizada no município do Rio de Janeiro, aos eixos da A3P.

Pela lista de verificação proposta para verificar tal grau de aderência, foi constatado um desempenho de apenas 26% para as práticas consideradas ideais pela agenda, resultado considerado “fraco”. Os resultados mostram a deficiência da gestão ambiental na organização, que deve incentivar práticas que reduzam os possíveis impactos que estão sendo causados pela sua atividade.

Dentre as limitações do método proposto, pode-se exaltar o fato de que a consistência da análise dos dados pelo pesquisador decorre da efetividade das respostas aos questionários, o que pode torná-la subjetiva.

Sugere-se ainda para trabalhos futuros: verificar a presença de critérios sustentáveis em editais de licitação na administração pública; estudar a adaptação do mercado quanto às novas

exigências de consumo da administração pública; examinar a adequação da gestão dos resíduos sólidos gerados na administração pública, especialmente quanto à coleta seletiva e à logística reversa; e avaliar os ganhos das instituições públicas que aderiram a boas práticas em gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

ADISSI, J. P.; ALMEIDA NETO, J. A. Conceitos básicos da gestão ambiental. In: ADISSI, J. P.; PINHEIRO, F. A.; CARDOSO, R. S. (Org.). **Gestão Ambiental de Unidades Produtivas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 1-18.

ALCARAZ, O. *et al.* Equitable mitigation to achieve the 1.5 °C goal in the Mediterranean Basin. **Climatic Change**, v. 165, n. 3-4, p. 62, 2021.

ARAUJO, A. R. M.; PFITSCHER, E. D. Governança ambiental: uma investigação nas empresas brasileiras prestadoras de serviços que publicaram o relato integrado em 2013. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p.339-360, 2017. **DOI:** <http://doi.org/10.19177/rgsa.v6e12017339-360>

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.165-170, 2007. **DOI:** <http://doi.org/10.1590/S1413-81232007000100019>

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente:** as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARBOSA, N. M. **Análise da sustentabilidade ambiental na justiça federal do Amazonas:** estudo de caso usando um sistema contábil gerencial ambiental. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

BOCA SANTA, S. L. *et al.* Avaliação de Sustentabilidade: Eficiência Energética em Edifícios de uma Universidade Comunitária. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.140-149, 2017. **DOI:** <http://doi.org/10.6008/10.5585/geas.v6i2.827>

BOCA SANTA, S. L.; PFITSCHER, E. D. Universidade sustentável: análise internacional sobre a temática na literatura científica. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, Aracaju, v. 7, n. 3, p. 229-243, 2016. **DOI:** <http://doi.org/10.6008/spc2179-6858.2016.003.0018>

BOCA SANTA, S. L.; PFITSCHER, E. D.; ROCHA, V. S. Plano de gestão de logística sustentável: blocos com reaproveitamento de resíduos contribuindo com instituições federais de ensino superior na adoção da A3P. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.444-457, 2016. **DOI:** <http://doi.org/10.19177/rgsa.v5e22016444-457>

BORGERT, T. *et al.* Initiating sustainability assessments: Insights from practice on a procedural perspective. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 72, p.99-107, 2018. **DOI:** <http://doi.org/10.1016/j.eiar.2018.05.012>

BRASIL. **Decreto n.5940 de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2006.

COSTA, I. M. da; LEAL, J. L. dos S. Crescimento, desenvolvimento, decrescimento e prosperidade: Caminhos possíveis para a humanidade. **Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 2, n. 4, p.118-139, 2017. **DOI:** <http://doi.org/10.31517/rsa.v2i4.105>

CHAVES, L. C. *et al.* Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p.33-54, 2013. **DOI:** <http://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n2p33>

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p.282-311, 2002. **DOI:** <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>

FREITAS, K. E.; PFITSCHER, E. D.; BELAN, A. B. Análise de Acessibilidade: Aplicação Parcial do Modelo Sicogea em um Centro de Ensino de uma Instituição Federal de Ensino. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 5, n. 3, p.120-134, 2016. **DOI:** <http://doi.org/10.5585/geas.v5i3.394>

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUTHRIE, J.; PARKER, L. D. Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. **Accounting and Business Research**, v. 19, n. 76, p.343-352, 1989. **DOI:** <https://doi.org/10.1080/00014788.1989.9728863>

IVANOVA, Maria. Coloring the UN Environmental. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 26, n. 2, p. 307-324, 2020. **DOI:** <http://doi.org/10.1163/19426720-02602007>

KRUGER, S. D. *et al.* Sustentabilidade Ambiental: estudo em uma instituição de ensino catarinense. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 98-112, 2013. **DOI:** http://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v8i1.13285

LERÍPIO, A. A. **GAIA:** um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LUIZ, L. C. *et al.* Inclusão de Práticas Ambientais nas Auditorias Realizadas no Âmbito de uma Instituição Federal de Educação. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.92-112, 2014. **DOI:** <http://doi.org/10.5585/geas.v3i2.102>

MENDES, L. A. A. **Diretrizes para implantação da gestão ambiental na Universidade do Estado Do Rio De Janeiro:** Campus Francisco Negrão De Lima. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria n.326 de 23 de julho de 2020.** Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Brasília: DOU, 2020.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A3P em números.** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/>. Acesso em: 25 ago. 2021a.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Eixos Temáticos.** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/eixos-tematicos/>. Acesso em: 25 ago. 2021b.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **História.** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/historia/>. Acesso em: 25 ago. 2021c.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é?** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/o-que-e/>. Acesso em: 25 ago. 2021d.

MPOG - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instrução Normativa n.1 de 19 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília: DOU, 2010.

NUNES, J. P. O. **Um aporte ao Sistema Contábil Gerencial Ambiental:** elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PEGUIM, C. N. Estado, desenvolvimento sustentável e governança no Brasil: políticas públicas para energia e água pós Rio-92. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 78-93, 2020. **DOI:** <http://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e63220>

PFITSCHER, E. D. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PORTO, M. F. de S.; SCHÜTZ, G. E. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p.1447-1456, 2012. **DOI:** <http://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600009>

RIBEIRO, C. G.; INÁCIO JÚNIOR, E. **O mercado de compras governamentais brasileiro (2006-2017): mensuração e análise**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

ROCHA, S.; PFITSCHER, E.; CARVALHO, F. Sustentabilidade Ambiental: Estudo em Uma Instituição de Ensino Superior Pública Catarinense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.46-58, 2015. **DOI:** <http://doi.org/10.5585/geas.v4i1.162>

SANTOS, J. C. M. Desafios da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): o caso da Pernambuco Participações e Investimentos S/A. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p.133-153, 2017. **DOI:** <http://doi.org/10.19177/rgsa.v6e22017133-153>

SOUZA, P. de; PFITSCHER, E. D. Gestão e sustentabilidade ambiental: estudo em um órgão público do estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 8-32, 2013. **DOI:** <http://doi.org/10.5380/rcc.v5i3.30134>.

SOUZA, V. D. de; UHLMANN, V. O.; PFITSCHER, E. D. Sustentabilidade ambiental em instituição de ensino: Aderência à Agenda Ambiental de Administração Pública. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, n. 1, p. 126–145, 2015.

UHLMANN, V. O. **Contribuições ao desenvolvimento do Sistema Contábil Gerencial Ambiental – geração 2: proposição da terceira geração do método**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

WCED - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oslo: United Nations, 1987.